

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Setor elétrico terá reforma por medidas infralegais.....	2
Título: Nunca existiu item polêmico de acordo de Itaipu, diz diretor da usina	4
Título: Conta de luz pode ficar 2,4% mais cara em 2020	6
Título: Destaques	7
Título: Venda de refinaria fica para 2020.....	7
Título: Petrobras tem R\$ 3,8 bi em provisões para Sete Brasil.....	9
Título: Abertura de capital da Saudi Aramco começa no domingo	11
Título: Alavancagem das usinas volta a aumentar.....	13
Título: Millenium promete investir pesado em etanol de milho	15
Título: Óleo afeta pesca	17
Título: Incertezas do acidente com óleo no Nordeste	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: Ministro não vê prejuízos políticos	20
Título: Ultra e Raízen devem entrar na briga por compra de refinarias da Petrobrás	20
Título: Estatal avalia IPO de ativos de energia	22
Título: Energia pode ficar mais cara em R\$ 20,6 bi.....	22
Título: Oito praias voltam a ter contaminação; total chega a 268.....	24
Título: Óleo faz o governo proibir a pesca de lagosta e camarão em áreas do Nordeste	25
Título: Receita extra permitirá déficit primário menor.....	26
Título: Braskem paga prêmio em bônus por risco Odebrecht	27
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	28
Título: Agressão ambiental é a maior do país, diz presidente da Petrobras	28

Título: Um terço do litoral já sofre com óleo e, para ministro, fim da crise é incerto.....	28
Título: No momento, vazamento ameaça mais pescadores que baleias e corais	32
Título: Manchas de óleo chegam a cidades da região de Abrolhos	33
Título: Contaminação leva à ampliação da proibição de captura de camarão	35
VEÍCULO: O Globo.....	36
Título: Petrobras diz que vai entrar ‘para ganhar’ em megaleilão do pré-sal	36
Título: Arábia Saudita anuncia plano de investir até US\$ 10 bilhões no Brasil.....	37
Título: O pesadelo das manchas	38
Título: Vazamento se aproxima do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos	39
Título: Dois meses de óleo: Ibama apontou falhas em ações do governo	40

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho — Do Rio

Título: Setor elétrico terá reforma por medidas infralegais

Ideia é promover mudanças a partir de projetos já em tramitação no Congresso

O governo pretende implementar a reforma do setor elétrico por meio de projetos de lei já em trâmite no Congresso. A estratégia foi detalhada ontem durante a apresentação do relatório final do grupo de trabalho criado para estudar a reforma do setor elétrico, no Rio. Baseada na proposta elaborada durante a gestão de Michel Temer, o novo plano contém medidas infralegais e pautas que precisam de aprovação em âmbito legislativo.

“Se existe uma atualização, modernização ou aperfeiçoamento do marco legal, nós dependemos do Congresso Nacional”, afirmou o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. “Logo chegamos à conclusão também no decorrer desse grupo que aquilo que existia no Congresso Nacional já atendia o que nós vislumbrávamos que teria que ser aperfeiçoado no marco legal.”

Segundo a secretária-executiva da pasta, Marisete Pereira, basicamente, os temas que precisam de mudança legislativa são a separação da contratação de lastro (capacidade) e energia; a abertura do mercado para consumidores residenciais; sistema de formação de preço; e retirada de subsídio. Elaborado em 180 dias, o documento propõe um plano de ação desdobrado em 15 frentes de atuação com 88 ações.

Com o fim do grupo de trabalho, o ministro assinou ontem portaria criando o “Comitê de Implementação da Modernização do Setor Elétrico”, que ficará responsável pelo acompanhamento da adoção das medidas da reforma do setor. O comitê terá vigência de dois anos, prorrogável por mais um.

“A partir de amanhã [hoje] se inicia outro desafio, de implementar todas as soluções previstas no plano”, disse o ministro, acrescentando ter o compromisso de implementar as medidas ainda neste governo.

O ministério também anunciou medidas transitórias. Uma delas é a possível realização de um leilão para contratar capacidade de usinas para suprir o déficit de potência estimado para 2024 e 2025. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em um cenário de crescimento do PIB de 3% ao ano, o déficit estimado para 2024 é de 3.873 megawatts (MW). Se a economia crescer 2,1% ao ano, o déficit previsto para aquele ano é de 787 MW. Para 2025, esse número pode variar de 2.447 MW a 6.165 MW, dependendo do crescimento do PIB.

O objetivo MME é lançar este ano uma consulta pública para discutir a realização do leilão e ter uma solução definida até o fim do ano.

Com isso, o governo vai esperar o leilão de térmicas a gás e carvão, marcado para março de 2020, para avaliar se haverá déficit para 2024 e 2025. Caso se confirme o déficit, será feito o leilão de capacidade.

Em relação ao leilões de áreas petrolíferas nas semanas que vem, o governo federal não trabalha com a hipótese de o vazamento de óleo no Nordeste prejudicar o desempenho dos certames. Fundamentais para as contas do governo, o megaleilão do excedente da cessão onerosa e a 6ª Rodada do Pré-Sal poderão resultar em quase R\$ 115 bilhões de arrecadação em bônus de assinatura.

“Não é por conta de exploração de campos de petróleo das nossas riquezas que foi motivado esse acidente. Como sabemos, esse óleo que foi encontrado nas praias do Nordeste não é de origem brasileira. Não tem nada a ver com a atividade de óleo e gás da indústria brasileira. Não tem nada a ver com os leilões de petróleo e gás. Eles [leilões] vão continuar sendo realizados

normalmente dentro do planejamento que nós temos”, disse ontem o ministro de Minas e Energia.

Ele também disse não ver prejuízo político para o governo decorrente do vazamento de óleo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/10/2019

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa — De Brasília

Título: Nunca existiu item polêmico de acordo de Itaipu, diz diretor da usina

O polêmico item da ata bilateral de Itaipu, central na crise que quase derrubou o presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, em agosto passado, não passa de “fake news”, segundo Joaquim Silva e Luna, diretor-geral brasileiro da usina binacional.

Brasil e Paraguai negociam no momento a revisão do anexo C do Tratado de Itaipu. Esse anexo estabelece as bases financeiras da prestação de serviços de eletricidade, 50 anos após a construção da usina, que serão completados em 2023. Segundo notícias veiculadas à época, o item 6 da ata bilateral permitia que a estatal paraguaia Ande negociasse com qualquer empresa brasileira, sem intermediários, o excedente de energia que não fosse consumida no país. Isso não é permitido pelo Tratado de Itaipu, que expira em 2023 e está sendo negociado pelas partes.

Em depoimento ontem à Comissão de Minas e Energia da Câmara, Silva e Luna afirmou que o item 6 jamais fez parte das negociações. Ele apresentou aos deputados a versão original da ata, assinada em maio pelos dois países, com apenas quatro itens.

“Quando eu planto uma ideia qualquer, eu gero uma dúvida. A primeira ‘fake news’ foi criada no Paraíso, com Adão e Eva, de que se comesse a maçã proibida não teria problema nenhum”, disse Silva e Luna. “Foi criado um item 6 que nunca existiu. Isso pode ter sido tratado na Ande. Nunca foi tratado nas negociações com o Brasil. [...] Essa ata com o item 6 foi plantada por alguém, nunca existiu.”

Pela versão de Silva e Luna, a mídia paraguaia foi usada para manipular a população, aproveitando-se da ansiedade que há no país vizinho em torno do tema.

“A percepção que se tem em Foz do Iguaçu é que há pessoas particularmente do lado paraguaio que acham que depois de 2019 vem 2023. Não é. Tem todo um percurso. Isso está gerando uma ansiedade muito grande”, afirmou. “O Paraguai tem 7 milhões de habitantes, são 7 milhões de itaipuenses, como se fossem torcedores do Cerro Porteño ou de um time de futebol. Isso se torna uma massa facilmente manipulável pela mídia.”

À época da crise, a mídia do Paraguai divulgou que o item 6 fora excluído da ata bilateral para favorecer uma empresa com supostas ligações com a família do presidente Jair Bolsonaro, a Léros. A companhia, que teria interesse em intermediar a negociação do excedente paraguaio no Brasil, é dirigida pelo Alexandre Giordando, suplente do senador Major Olímpio (PSL-SP) - que à época ainda não era desafeto do presidente.

Pela versão da imprensa paraguaia, Giordano teria se apresentado como representante do governo brasileiro a autoridades paraguaias, algo que o empresário negou à na ocasião. Senadores paraguaios afirmaram ainda que a Léros recebeu tratamento preferencial na Ande. Uma CPI do Congresso paraguaio investiga o caso, inclusive a atuação da Léros, que foi amplamente explorada por deputados petistas durante a sessão.

“Vamos esperar o resultado da CPI no Paraguai para ver o que podemos explorar aqui”, afirmou Carlos Zarattini (PT-SP). “Ele [Silva e Luna] sabe mais do que disse aqui na comissão.”

Luna e Silva explicou que os dois países negociam um novo acordo tendo como base um aumento de 41,4% no consumo do país vizinho nos últimos anos. Os pagamentos, por sua vez, subiram apenas 6,7%, segundo seus cálculos.

A ata, que corrigia os pagamentos paraguaios, provocou uma onda de protestos quando veio à tona, em agosto. A pedido de Abdo, Bolsonaro concordou em anular o documento e abrir novas negociações.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 30/10/2019****Seção: Brasil****Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília****Título: Conta de luz pode ficar 2,4% mais cara em 2020**

Repasse de despesas do setor elétrico para consumidores pode chegar no ano que vem a R\$ 20,6 bi

O repasse de despesas do setor elétrico para as contas de luz dos consumidores pode chegar no ano que vem a R\$ 20,645 bilhões. A estimativa foi divulgada pela diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na apresentação da proposta de orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) de 2020.

A CDE é o fundo que reúne o conjunto das principais receitas e despesas do setor elétrico. O déficit tem crescido anualmente. No ano passado, o saldo negativo foi de R\$ 16,230 bilhões. Houve uma variação de 27% sobre a previsão do orçamento deste ano. Os valores com cobertura insuficiente são repassados para as contas de luz dos consumidores de todo o país.

Se confirmada a projeção de déficit de 2020, as contas de luz terão o aumento médio de 2,42%. O percentual varia entre as diferentes regiões abastecidas pelo Sistema Interligado Nacional (SIN). Nos subsistemas Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a alta nas tarifas atingiria de 2,81%. Já a fatura dos consumidores do Norte e do Nordeste pode ficar mais cara em 1,53%.

O volume de despesas do setor elétrico - formado por descontos a consumidores de baixa renda, subvenção na tarifa de consumidores do meio rural, programas de atendimento a localidades isoladas (CCC), entre outros custos - totalizou R\$ 22,45 bilhões. Como o valor das receitas da CDE, que inclui recolhimento de multas, o pagamento de outorgas e amortização de financiamentos, não é suficiente, o déficit fica com os consumidores.

O diretor-geral da Aneel, André Pepitone, reconheceu que, se o déficit for confirmado após a audiência pública, haverá um “aumento significativo” das despesas repassadas para os consumidores no ano que vem.

Os números apresentados ontem pela Aneel ainda serão discutidos em audiência pública pelo prazo de 30 dias.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 30/10/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques

Gasodutos da Petrobras I

A Petrobras abrirá cerca da metade da capacidade dos gasodutos terrestres para terceiros, disse a diretora de refino e gás natural da companhia, Anelise Lara. A estatal assumiu um compromisso junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para abrir mão da exclusividade do uso dos dutos existentes, liberando espaço para que as demais empresas contratem a capacidade ociosa da infraestrutura atual. Segundo ela, a capacidade ociosa a ser liberada para terceiros pode somar cerca de 60 milhões de metros cúbicos diários (m³ /dia), incluindo as malhas da Transportadora Associada de Gás (TAG), Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG).

Gasodutos da Petrobras II

Sobre a abertura dos gasodutos marítimos de escoamento, a diretora da Petrobras disse que a estatal pretende manter uma participação minoritária e vender o controle dos ativos via mercado de capitais, “provavelmente por meio de IPO [abertura de capital]”. A Petrobras está reunindo todos os três gasodutos do pré-sal numa única empresa com a ideia de, depois disso, privatizá-la por meio de um processo de abertura de capital. Segundo Anelise, a estatal ficará com 80% da malha integrada. “Quando colocarmos à venda o sistema de rotas nossa intenção é ficarmos minoritários. Teremos uma participação relevante, mas não seremos majoritários, não seremos controladores”, disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 30/10/2019**Seção:** Empresas**Autor:** André Ramalho — Do Rio**Título:** Venda de refinaria fica para 2020

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, acredita que não haverá tempo suficiente para assinar contratos para venda de refinarias ainda neste ano, mas destacou que está otimista de que os primeiros negócios possam ser fechados no primeiro trimestre de 2020. O programa de desinvestimentos da

estatal inclui oito de suas 13 unidades, o equivalente à metade da capacidade de refino do país. Inicialmente, a expectativa da empresa era vender ao menos um dos ativos em 2019.

Castello Branco, no entanto, assegurou que o interesse pelos ativos da companhia é grande. O executivo explicou que as primeiras vendas de refinarias devem ocorrer somente em 2020 porque a estatal teve de adiar o prazo para recebimento das propostas, dado a demanda de potenciais investidores por mais tempo para avaliação dos ativos. De acordo com ele, mais de 20 empresas manifestaram interesse pelo primeiro pacote de refinarias colocado à venda.

“Esperamos ter boas notícias por volta de março de 2020”, disse o executivo, durante participação no Seminário sobre Matriz e Segurança Energética da FGV Energia, no Rio.

A Petrobras dividiu o processo de desinvestimentos no refino em dois pacotes de ativos: o primeiro, mais adiantado, inclui a Rnest (PE), Rlam (BA), Repar (PR) e Refap (RS). A expectativa da estatal é receber em novembro as propostas pelas unidades. Em paralelo, a companhia iniciou recentemente a fase de recebimento de ofertas não vinculantes para a venda da Regap (MG), Reman (AM), Lubnor (CE) e SIX (PR).

O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto, prevê que, ao final do programa de desinvestimentos da Petrobras, metade do parque de refino nacional permaneça com a companhia, enquanto a outra metade migre para o controle de “quatro ou cinco grupos privados”. Barreto reconhece que, ao se acomodar nessa proporção, o mercado de refino ainda será concentrado, mas dentro de suas “características naturais”.

“Será um mercado oligopolizado, mas é uma estrutura natural desse mercado e o Cade estará atento para intervir e evitar políticas anti-concorrenciais”, disse.

Ele lembrou ainda que “a empresa não poderá vender refinarias que fazem fronteira entre si para um mesmo grupo privado”. A ideia é que cada grupo exerça pressão concorrencial sobre o outro.

O presidente da Petrobras comentou ainda sobre a expectativa para o leilão dos excedentes da cessão onerosa, em 6 de novembro. Ele lembrou que a estatal manifestou interesse pelas áreas de Búzios e Itapu, no pré-sal da Bacia de Santos, e que a empresa vai para o leilão “com todo o entusiasmo” e vai “entrar para ganhar”.

Castello Branco classificou o campo de Búzios, um dos ativos de interesse da petroleira, como a “maior jazida já descoberta” no pré-sal brasileiro, e chamou de “monstrengo” e “mais uma jabuticaba” o regime da cessão onerosa, criado em 2010. Na ocasião, ainda no governo PT, a União cedeu à Petrobras o direito de produzir até 5 bilhões de barris, como parte da capitalização que desencadeou o aumento da fatia da União no capital da estatal.

Ao comentar sobre a política de conteúdo local, o executivo afirmou ainda que a eleição de Alberto Fernández para a presidência da Argentina foi “claramente um erro”. “Condeno severamente esse instrumento [política de conteúdo local] que já deu errado. Não podemos repetir a Argentina, onde se tira o presidente [Maurício Macri] que não consegue se eleger porque não conseguiu solucionar os problemas [econômicos do país]. Aí traz de volta alguém que cometeu os problemas [chapa da ex-presidente Cristina Kirchner]. Isso é claramente um erro”, afirmou Castello Branco.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti — De São Paulo

Título: Petrobras tem R\$ 3,8 bi em provisões para Sete Brasil

Está cada vez mais claro que a conta do fiasco que foi o projeto da companhia de sondas Sete Brasil será da Petrobras. A estatal é alvo de cobranças da maioria dos acionistas da holding criada para operar as plataformas e navios do pré-sal - bancos, fundos de pensão e fundos internacionais - em disputas arbitrais no Brasil e nos Estados Unidos. A Petrobras não tinha provisões para esses processos até o começo do ano. Mas, a partir de abril, começou a constituir reservas para dar conta desses processos. O valor lançado já como perdas chega a R\$ 3,8 bilhões.

O que determina uma provisão é o tamanho do risco que a empresa calcula de prejuízo com o assunto. Antes, a Petrobras considerava a chance de perder as disputas apenas “possível” e passou agora a avaliar como “provável”.

Estimativa total da companhia para perda com processos chega a R\$ 8 bilhões, conforme balanço anual de 2018

Do total provisionado, R\$ 2,5 bilhões foram adicionados no fim de setembro, no balanço do terceiro trimestre. Entre março e junho, a estatal havia feito a primeira baixa, de R\$ 1,3 bilhão.

O prejuízo potencial, contudo, é maior. Em dezembro de 2018, a Petrobras listava as contingências relacionadas a Sete Brasil como valores não provisionados e a estimativa de perda era de R\$ 8 bilhões. Aos poucos, a companhia está lançando perdas já no resultado. É uma forma de se antecipar ao prejuízo para quando ele ocorrer.

A Petrobras não justifica por qual razão fez e nem porque aumentou a provisão - nenhuma informação além de que a perda se tornou “provável”, nas notas explicativas do balanço. Consultada, a empresa disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que nada pode acrescentar sobre o tema, pois as arbitragens correm em sigilo.

São acionistas da Sete Brasil, além da própria Petrobras com 5% do capital, os bancos BTG Pactual, Santander, Bradesco (Fundo Strong), as fundações Valia, Funcef, Previ e os fundos de participações EIG, Luce e Lakeshore. Todos cobram a Petrobras via arbitragem, exceto Bradesco e Santander.

A Sete foi criada para ser a holding que compraria as sondas de exploração do pré-sal. O planejamento para os estaleiros nacionais data de 2008, ainda na euforia da descoberta. A super demanda para plataformas e navios de exploração foram a base do Plano Nacional de Sondas, criado pelo governo do PT e incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Inicialmente, o governo via espaço para a estatal encomendar 44 sondas para o pré-sal. Mas, após o debate com as construtoras sócias dos estaleiros, ficou decidido que seria feita uma encomenda de 28 sondas (21 pedidos firmes e sete opções). A empreitada custaria US\$ 25 bilhões à Petrobras.

Para não onerar o balanço da petroleira, em um momento que já carregava US\$ 100 bilhões em compromissos, decidiu-se pela criação de uma holding que ficaria responsável por comprar e alugar para a estatal as tais sondas.

Esse formato, fora da Petrobras, foi oferecido aos bancos e fundos de pensão e começou a sair do papel em 2012. Todo o custo das sondas já estava então negociado entre a Petrobras e os estaleiros. Um dos últimos a entrar foi o BTG Pactual, que optou por apostar tudo em capital. Já o Itaú, fez o oposto: concentrou a exposição na concessão de crédito, nada em capital.

A construção das sondas seria financiada pelo BNDES. Entre capital inicial e dívidas, bancos acionistas, fundos de pensão, fundos de investimentos chegaram a colocar nada menos do que R\$ 27 bilhões no projeto. Fontes que estiveram presente nas negociações da época afirmam que, para os bancos e acionistas, era quase uma operação de renda fixa. “Na época, não tinha razão para não fazer. Hoje, em retrospecto, não há nenhuma para termos investido”,

costumava comentar o dirigente de um dos fundos de pensão quando a maré virou e a oportunidade se transformou em crise.

Em 2015, quando a Operação Lava-Jato revelou o esquema de corrupção entre a Petrobras e as empreiteiras - sócias dos estaleiros que faziam as sondas - o projeto Sete Brasil entrou em colapso. O BNDES desistiu de financiar a companhia, que já tinha tomado bilhões em empréstimos-ponte com bancos comerciais públicos e privados. E a Petrobras, então, unilateralmente, retirou as encomendas, sob pretexto da corrupção.

O ex-gerente de serviços da Petrobras Pedro Barusco afirmou, em colaboração premiada ao Ministério Público Federal (MPF), que havia um esquema de propina na construção de sondas. Além do executivo, também estava envolvido o gerente internacional Eduardo Vaz Musa, que veio a ser presidente da Sete Brasil. Não se encontrou indícios, contudo, de que os sócios da Sete soubessem ou tivessem participado dessas negociações. Musa, inclusive, foi alvo de processo de responsabilidade civil como executivo da companhia.

Por mais de um ano, os sócios da Sete Brasil, tentaram sem sucesso negociar com a Petrobras um acordo que permitisse a sobrevivência da empresa, mesmo que com uma carteira de pedidos menor. A estatal, na época, vivia sua própria crise financeira.

Agora as dívidas bilionárias estão sendo discutidas na recuperação judicial da Sete Brasil, iniciada em maio de 2016, e o capital aportado está sendo cobrado da Petrobras pelos sócios nas arbitragens dentro e fora do país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/10/2019

Seção: Empresas

Autor: Andrew England, Simeon Kerr, Ahmed Al Omran e Anjli Raval — Financial Times, de Riad e Londres

Título: Abertura de capital da Saudi Aramco começa no domingo

A Saudi Aramco deve lançar sua oferta pública inicial no domingo, dia 3 de novembro. Segundo fontes familiarizadas com o assunto, o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, vai levar adiante a muito esperada entrada na Bolsa de Valores da empresa mais lucrativa do mundo. O preço das ações será definido no início de dezembro e elas começam a ser negociadas na Bolsa de Valores doméstica da Arábia Saudita, a Tadawul, em 11 de dezembro, de acordo com essas fontes.

A privatização parcial da Saudi Aramco é o ponto central nas ambições do príncipe Mohammed de reformular a economia do reino. No entanto, desde

que Riad divulgou pela primeira vez sua intenção de abrir seu capital, em 2016, esse plano foi assolado por atrasos e temores de que a empresa não alcançasse a avaliação de US\$ 2 trilhões almejada pelo príncipe.

Novo cronograma surge no momento em que a Arábia Saudita abriu conferência chamada “Davos no Deserto”

O novo cronograma, noticiado pela primeira vez pela emissora estatal Al Arabiya, surge depois que os planos para iniciar o processo neste mês foram adiados. Os executivos da Saudi Aramco foram pegos de surpresa ontem pela notícia, em mais uma indicação de que o governo está assumindo controle maior sobre uma oferta pública inicial na qual trabalha a maioria dos principais bancos do mundo.

Com receita líquida de US\$ 111 bilhões em 2018, a expectativa é que seja vendida cerca de 3% de uma empresa que concorre com rivais como a BP e a ExxonMobil.

Riad abordou os principais investidores institucionais mundiais, entre eles fundos soberanos, e pressiona famílias sauditas ricas a comprar ações como investidores âncora. Várias dessas famílias tiveram parentes presos no Ritz-Carlton em 2017, durante operação contra corrupção promovida pelo príncipe Mohammed.

No entanto, investidores globais se mostraram céticos quanto à meta do príncipe Mohamed de conseguir uma avaliação de US\$ 2 trilhões, e banqueiros ocidentais acreditam que algo entre US\$ 1,2 trilhão e US\$ 1,5 trilhão é um valor mais realista. Uma fonte familiarizada com o assunto disse que a Saudi Aramco deve realizar novas reuniões com investidores, na tentativa de reduzir essa diferença de avaliação antes de finalizar a definição do preço para a IPO.

Dentro do novo cronograma, segundo fontes, a faixa de preço será anunciada em 17 de novembro e a venda de ações começa em 4 de dezembro. Duas fontes próximas à empresa disseram que a não ser que o quebra-cabeças da avaliação seja resolvido, o cronograma pode ser adiado novamente.

A Tadawul e a Autoridade do Mercado de Capitais da Arábia Saudita se recusaram a comentar o assunto. Em um comunicado, a Saudi Aramco informou que está “pronta e o ritmo do processo dependerá das condições do mercado e ocorrerá no tempo escolhido pelos acionistas”.

Notícias sobre o novo cronograma para a entrada na bolsa surgem no momento em que a Arábia Saudita abriu sua principal conferência para investidores, batizada de “Davos no Deserto”, da qual participa uma multidão de grandes banqueiros, políticos e executivos.

O reino está desesperado para tornar um sucesso a Iniciativa de Investimento Financeiro (FII), que acontece um ano após o assassinato brutal de Jamal Khashoggi ter desencadeado a pior crise diplomática do país desde os ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos. A morte do jornalista no consulado da Arábia Saudita, em Istambul, levou alguns executivos ocidentais a boicotarem o evento do ano passado, mas muitos estão participando dele nesta semana.

A oferta inicial pública foi adiada no ano passado em meio aos temores de que o reino não fosse capaz de conseguir a avaliação de US\$ 2 trilhões e depois de a corte real ordenar à empresa que comprasse do fundo soberano do país, o PIF, uma participação de 70% na Sabic, a maior empresa petroquímica da Arábia Saudita.

O processo foi retomado neste ano, depois do lançamento bem-sucedido de um bônus de estreia da Saudi Aramco. E em setembro, depois que ataques com mísseis e drones atribuídos ao Irã cortaram pela metade a produção de petróleo da Saudi Aramco temporariamente, as autoridades insistiram em que seguiriam adiante com a listagem.

Embora o príncipe Mohammed seja responsável por promover reformas sociais, especialmente medidas para reduzir as restrições à liberdade das mulheres, a economia do país passa por dificuldades. Segundo analistas, o governo está ansioso em mostrar que seu programa está progredindo, mesmo quando a economia está estagnada e Riad luta para atrair investimentos estrangeiros diretos para além de setores tradicionais, como o de petróleo e o petroquímico.

“O IPO é muito importante simbolicamente. Vai mostrar que estamos implementando o que prometemos, e é um ponto central da agenda econômica”, disse um executivo saudita. “Se conseguirmos fazê-lo, poderemos dizer que isso não é só conversa, que isso está aqui agora.”

Kirill Dmitriev, chefe do Fundo de Investimento Direto da Rússia, disse na conferência ontem que “vários fundos de pensão russos e bancos de investimento da Rússia demonstraram interesse no IPO da Aramco”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/10/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Alavancagem das usinas volta a aumentar

O endividamento do segmento sucroalcooleiro cresceu na safra 2018/19, encerrada em março, levando a alavancagem das empresas ao mais elevado

patamar desde a temporada 2014/15. E a situação não deverá mudar muito na temporada atual, segundo análise preliminar divulgada pelo Itaú BBA em evento promovido ontem pela consultoria Datagro em São Paulo.

Segundo cálculos do banco baseados nos balanços de 60 grupos, que representam cerca de 70% da moagem no Centro-Sul, a dívida líquida média das usinas ficou em R\$ 125 por tonelada de cana moída, R\$ 14 mais que na temporada anterior e mesmo patamar registrado em 2015/16. Desde então, o peso da dívida no segmento vinha recuando.

Com isso, a relação entre a dívida líquida e o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) das empresas calculada pelo banco saiu de 2,6 vezes, na safra 2017/18, para 3,5 vezes na temporada passada. Foi o pior resultado deste o ciclo 2014/15, quando o índice de alavancagem ficou em 4,2 vezes.

Segundo Pedro Fernandes, diretor de agronegócios do Itaú BBA, o aumento da alavancagem ocorreu tanto entre as empresas em pior situação financeira como entre as de melhor desempenho, embora com intensidades diferentes. A piora do indicador está diretamente relacionada à redução da moagem de cana, que afetou tanto a relação entre a dívida e a moagem como diminuiu a geração de caixa.

Por outro lado, o aumento de alavancagem de companhias em melhores condições também resultou de decisões de investimentos - o que, se no curto prazo não gerou fluxo de caixa livre, indica perspectivas melhores para o futuro, observou Fernandes.

Embora o aumento da alavancagem tenha sido generalizado, o crescimento foi maior entre as empresas que já estão em situação mais deteriorada. No quartil das empresas em pior situação, a dívida líquida superava, em média, mais de cinco vezes o Ebitda. Nesse grupo, estão companhias que processam cerca de 120 milhões de toneladas de cana.

A situação não deve melhorar nos balanços da safra atual (2019/20), que terminará em março do ano que vem, afirmou Fernandes. Apesar do aumento de moagem em relação à safra passada, que deve reduzir a relação entre dívida e processamento de cana, o efeito da seca do ano passado levou ao aumento de custos com tratos culturais e com renovação de canaviais. “Neste ano não vamos ver redução de alavancagem por geração de caixa. A gente espera isso na

próxima safra, quando o nível de renovação voltar ao normal”, disse Fernandes ao **Valor**.

O efeito da queda das taxas de juros ainda não deverá se refletir na redução da dívida do segmento em termos nominais nesta temporada, mas o diretor do Itaú BBA disse estar mais otimista para o próximo ciclo. Para o executivo, a queda dos juros deverá impulsionar a competição entre os instrumentos de financiamento em “um novo ciclo de investimentos do setor”, após cerca de dois anos de expansão da emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRAs) por usinas.

Com a queda das taxas do CDI, os investidores estão buscando compensações, como aumento dos prêmios ou outros mecanismos. Nesse ambiente, Fernandes defende que as debêntures incentivadas ao setor devem ganhar espaço.

Tanto os CRAs como as debêntures incentivadas têm isenção de imposto de renda, mas as últimas também oferecem benefício fiscal parcial aos bancos quando adquirem os títulos. Com isso, as tesourarias dos bancos podem adquirir as debêntures e, quando o projeto financiado começa a operar, o banco negocia os títulos no mercado secundário, disse Fernandes. Recentemente, o Itaú BBA participou de uma emissão de R\$ 220 milhões em debêntures incentivadas para uma empresa do segmento.

Outra vantagem é que as debêntures também podem ser adquiridas por fundos de investimento em infraestrutura, com mais experiência em operações de prazos e riscos maiores, o que aumenta o leque de investidores. O objetivo de cada instrumento, porém, é diferente. Enquanto o CRA financia projetos de curto prazo e capital de giro, dado seus prazos de até três anos, as debêntures incentivadas têm prazos a partir de quatro anos e prazos de carência, o que favorecem financiamentos a projetos de longo prazo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/10/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo

Título: Millenium promete investir pesado em etanol de milho

Empresa pretende erguer até oito usinas no país

A Millenium Bioenergia, companhia constituída em 2014 por usineiros de São Paulo e produtores de grãos do Centro-Oeste, espera iniciar ainda neste ano a

construção de duas usinas de etanol de milho no país, uma em Roraima e outra em Mato Grosso. Deverão ser as primeiras de uma série de até oito unidades de etanol que a companhia pretende erguer nos próximos anos, boa parte delas na Zona Franca de Manaus.

A expectativa é que a licença para a usina de Roraima seja concedida nesta semana e que a construção comece em novembro, disse Eduardo Lima, CEO da companhia, a jornalistas durante um evento promovido pela consultoria Datagro em São Paulo. A unidade ficará no município de Bonfim, localizado a pouco menos de uma hora da reserva indígena Raposa Serra do Sol.

Lima espera que a licença para a instalação da segunda unidade, localizada em Jaciara (MT) e que ficará a cargo da Fluor Corporation, saia em dezembro. A usina mato-grossense deverá servir de “modelo” para as demais plantas que os sócios da Millenium querem construir na região da Zona Franca, como Itacoatiara, Rio Preto da Eva e Manaus - para as quais a companhia já possui licenças prévias -, e em Tabaporã (MT), onde o grupo já começou o plantio de cana.

Apesar do zoneamento agroecológico da cana impedir seu cultivo no bioma amazônico, o executivo disse que a companhia tem uma licença especial para a unidade de Tabaporã, na parte amazônica de Mato Grosso, concedida ainda no governo Lula. A companhia também pretende erguer usinas na Flórida, nos EUA, e em Queensland, na Austrália.

Os investimentos em cada usina são da ordem de US\$ 170 milhões - o total previsto, portanto, supera US\$ 1 bilhão. Segundo Lima, a Millenium já conta com recursos de sócios e financiamentos para a construção das duas primeiras plantas. Dos US\$ 340 milhões que deverão ser aplicados, Lima disse que os sócios arcarão com 80% e os 20% restantes virão de financiamentos contratados com bancos estrangeiros, entre eles um chinês e um europeu.

O executivo afirmou que os recursos serão liberados pelos financiadores assim que as licenças forem concedidas. Por sua vez, os aportes na fase anterior à construção das indústrias já estão sendo realizadas com capital próprio da companhia. O prazo de construção de cada unidade será de dois anos.

Segundo Lima, as usinas que a Millenium Bioenergia pretende erguer no Norte do país deverão abastecer o Nordeste com etanol e o Oriente Médio e a Ásia com farelos (DDGs) de alta proteína. Para garantir mercado, a companhia firmou contratos de dez anos com uma cooperativa americana para garantir o fornecimento de milho para suas plantas e para a exportação dos DDGs aos mercados externos. A usina que a companhia pretende construir no ano que

vem na Austrália deve atender basicamente a demanda chinesa por etanol e DDGs.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	30/10/2019
Seção:	Agronegócios
Autor:	Marina Falcão — Do Recife
Título:	Óleo afeta pesca

O Ministério da Agricultura publicou ontem uma instrução normativa proibindo a pesca de lagosta e camarão em áreas do Nordeste afetadas pelo vazamento de petróleo. "Considerando a grave situação ambiental, decorrente da provável contaminação química por derramamento de óleo no litoral da região Nordeste", o ministério também decidiu permitir o pagamento de até duas parcelas extras do seguro-defeso aos pescadores atingidos. Terão direito ao benefício os pescadores profissionais artesanais que trabalham nas áreas atingidas pelo óleo, conforme mapeamento do Ibama. Estão aptos a receber as parcelas extras do seguro-defeso cerca de 60 mil pescadores artesanais. Os trabalhadores precisam estar regularmente inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP).

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	30/10/2019
Seção:	Legislação e Tributos
Autor:	Ingrid Zanella
Título:	Incertezas do acidente com óleo no Nordeste

Em setembro, o Nordeste brasileiro começou a ser atingido por diversas manchas de óleo, sem que se soubesse o culpado, local do vazamento ou os possíveis responsáveis. O acidente marítimo com óleo se trata de um crime ambiental ocorrido possivelmente em alto mar, fora das águas brasileiras, mas com consequências ambientais diretas ao estado costeiro.

Extremamente importante a identificação da causa do acidente, bem como as nacionalidades das embarcações e os países envolvidos com essas e com a carga. Inclusive, o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre Responsabilidade Civil em Danos Causados por Poluição por Óleo, de 1969, Decreto nº 83.540, de 1979, que estabelece a responsabilidade civil do proprietário do navio poluidor, bem como seguros obrigatórios para este fim.

Os danos sofridos pelas empresas e comunidades podem e devem ser ressarcidos pela União

Entretanto, nesse momento, todas as preocupações do Estado devem ser direcionadas à contenção do dano e reparação do meio ambiente, sob pena de sua inércia, transformar o Estado em um agente poluidor, suscetível de ser responsabilizado civil e penalmente pelos danos e crimes ambientais, conforme estabelece a Constituição Federal e legislação federal brasileira.

Quando se fala em contenção, importante lembrar que o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo, de 1990, ratificada pelo Decreto nº 2.870, de 1998, que estabelece o dever de as partes desenvolverem os sistemas nacionais e regionais de preparo e resposta a emergência.

Nesta seara, para o combate à poluição por óleo e substâncias nocivas ou perigosas, a Lei nº 9.966, de 2000, estabelece a criação de planos de emergência individuais e planos de área, que são consolidados pelo órgão federal de meio ambiente no Plano Nacional de Contingência (PNC), em articulação com os órgãos de defesa civil.

Assim, considerando que o PNC é o único instrumento aplicável a este tipo de acidente, que certamente é de significância nacional, resta a indagação: será que o PNC foi acionado e executado de forma rápida e eficiente?

Afinal, o acidente ambiental em comento impacta, até o momento, nove Estados da Região Nordeste, nada menos que um terço do Brasil. Inclusive, o Decreto nº 8.127, de 2013, instituiu que uma das hipóteses de um incidente ser considerado como de significância nacional é quando poluidor não é identificado e em áreas não cobertas por planos de área, ou seja, exatamente como no caso sofrido pelo Nordeste brasileiro.

O Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA) do incidente de poluição de óleo no litoral do Nordeste, composto pelo Ibama, ANP e Marinha do Brasil, foi apenas citado pelas autoridades ambientais, no dia 14 deste mês, sem informações sobre etapas, procedimentos, coordenador operacional e até de onde viriam os custos para a contenção e reparação do meio ambiente.

Conforme o Decreto nº 8.127, de 2013, cabe ao GAA analisar a significância do incidente, em função de seu porte e potencial impacto, classificando-o como de significância nacional ou não, bem como designar o coordenador operacional,

considerando para isso, as hipóteses estabelecidas na própria norma. Caso seja constatada a significância nacional do incidente, o coordenador operacional deverá propor o acionamento do PNC.

Caso reste comprovada a inércia do Brasil na contenção dos danos e no acionamento do PNC, poderá restar caracterizada a responsabilidade civil da União, considerando que o acidente ambiental é sem dúvida de significância nacional.

A pergunta que ainda está sendo suscitada é quem deve arcar com os custos das atividades de resposta e mitigação? Esta indagação é, mais uma vez, respondida pelo Decreto nº 8.127, de 2013, que, em seu artigo 27, parágrafo 2º, estabelece que “enquanto não identificado o poluidor, os custos relativos às atividades de resposta e mitigação serão cobertos pelo Poder Executivo Federal”. Da mesma forma, é a União que deve ser responsabilizada por todos os possíveis danos ambientais, sociais e econômicos, que atingem e atingirão o Nordeste do Brasil, caso comprovada a sua inércia / omissão injustificada.

Não custa lembrar que a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, Decreto nº 1.530, de 1995, estabelece o dever dos Estados de proteger e preservar o meio marinho, por meio de medidas para prevenir, reduzir e controlar a poluição do meio marinho, qualquer que seja a sua fonte, utilizando para este fim os meios mais viáveis de que disponham e de conformidade com as suas possibilidades.

Importante esclarecer que, diante de um dano ambiental desta magnitude, é preciso considerar o impacto econômico às atividades ligadas ao turismo, como hotelaria, pousadas, transporte e alimentação, bem como os pescadores e comunidades que desempenham atividades ligadas ao mar.

Desta forma, considerando o impacto negativo à economia local, todo o setor de serviços sofrerá, em face do acidente, danos que podem ser materiais e morais, incluindo lucros cessantes, individuais e coletivos, a depender do caso, considerando ainda o tempo necessário para a recuperação completa do meio ambiente afetado.

Os referidos danos sofridos pelas empresas e comunidades em face do acidente com óleo no Nordeste podem e devem ser ressarcidos pela União, considerando que sua inércia injustificada findou por transformar o Estado em agente poluidor, suscetível de ser responsabilizado civil (seguindo a responsabilidade objetiva por risco integral) e penalmente pelos danos e crimes ambientais.

Ingrid Zanella é sócia titular do escritório Queiroz Cavalcanti Advocacia, doutora em Direito Marítimo e Ambiental e representante da OAB-PE no comitê gestor de crise do Estado de Pernambuco

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/10/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Ministro não vê prejuízos políticos

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse não ver prejuízos políticos ao governo federal por causa do derramamento de óleo. Da mesma forma, disse não haver “relação de causa e efeito” entre o acidente ambiental e os leilões de áreas de pré-sal que ocorrerão na próxima semana. / F.N

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/10/2019

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzza

Título: Ultra e Raízen devem entrar na briga por compra de refinarias da Petrobrás

Desinvestimento. Estatal prevê se desfazer de quatro ativos de refino de petróleo até o março de 2020, entre eles a Repar, no Paraná, e a Abreu e Lima, em Pernambuco; além das gigantes nacionais, unidades atraíram interesse da suíça Vitol e a da anglo-suíça Glencore

A Petrobrás prevê concluir em março de 2020 a venda de quatro refinarias incluídas em seu pacote de desinvestimentos. Pesos-pesados na distribuição de combustíveis no País, como Ultra (dono da Ipiranga) e Raízen (joint venture entre Cosan e Shell), e estrangeiros, como a suíça Vitol e anglo-suíça Glencore, estão avaliando as unidades e aguardam detalhes sobre o formato de venda do negócio para fazer proposta para a compra desses ativos. O presidente da estatal, Roberto Castello Branco, disse ontem, em evento na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio, que o prazo para entrega de propostas pelas unidades em Pernambuco (Abreu e Lima), Bahia (Landulpho Alves), Paraná (Repar) e Rio Grande do Sul (Refap), foi prorrogado devido ao elevado interesse pelos ativos.

Segundo o executivo, mais de 20 empresas estão disputando essas quatro unidades. Nesse pacote de ativos também há gasodutos, oleodutos e terminais.

O processo de venda está na fase inicial, de ofertas não vinculantes (quando não há proposta firme de compra). O Estado apurou que dois grupos chineses (Petro China e Sinopec) e dois americanos (Valero e CVR Energy) também pretendem participar deste processo, assim como o fundo Mubadala, de Abu Dabi, e a trading Trafigura, da Holanda. Complexo. Essas companhias, no entanto, aguardam mais informações sobre o processo de venda. A venda das refinarias é considerada complexa, segundo fontes a par do assunto. Para evitar que se formem monopólios privados, a Petrobrás não deverá repassar unidades localizadas nas mesmas regiões para um mesmo grupo, por exemplo. E essa é justamente uma questão que está sendo avaliada pelos potenciais compradores.

A unidade do Paraná, a Repar, é considerada a mais estratégica, pela localização perto do porto de Paranaguá. O segundo ativo mais relevante é a refinaria Alberto Pasqualini, do Rio Grande do Sul. Para Adriano Pires, sócio-fundador do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), a unidade da Bahia é a mais antiga e a refinaria de Pernambuco carrega o peso da Lava Jato – o que pode tornar sua aquisição ainda mais complicada. Especializadas em distribuição de combustíveis, Ultra e Raízen começam a avaliar como fazer a proposta. O Ultra, que não atua em refino no País, poderá se associar a um grupo estrangeiro para o negócio. A Raízen, que adquiriu unidades de refino na Argentina, fruto da compra de ativos da Shell no ano passado, poderá replicar a estratégia no Brasil.

Ambas as companhias, contudo, avaliam como elaborar suas propostas. Desinvestimentos. A Petrobrás definiu em abril pela venda de oito de suas 13 refinarias. Com isso, abriria mão de metade de sua capacidade de produção de 2,2 milhões de barris diários. À época, a venda desse pacote de refinarias foi avaliado em mais de US\$ 10 bilhões. Esse processo deverá ser concluído até 2021. Se concluir o plano, a Petrobrás vai deixar de ter o monopólio de refino no Brasil para se concentrar mais na produção de petróleo. Procuradas pela reportagem, Vitol, Mubadala, Ultra e Raízen não comentaram o assunto. Os grupos chineses Petro China, Sinopec, Valero e CVR Energy não retornaram os pedidos de entrevista. Nenhum porta-voz do Trafigura foi encontrado para comentar o tema. / COLABOROU DENISE LUNA, DO RIO, COM REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 30/10/2019****Seção: Economia****Autor: D.L.****Título: Estatal avalia IPO de ativos de energia**

Fora da lista de desinvestimentos da Petrobrás, o parque termoeletrico da estatal poderá ser reunido em uma empresa separada, visando à abertura de capital em Bolsa de valores, conforme informou ontem o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, durante o OTC, evento ligado à área de petróleo, no Rio de Janeiro. A empresa possui uma capacidade instalada de termoeletricas da ordem de 6 mil megawatts (MW), sendo um dos maiores geradores de energia elétrica do País. Segundo o executivo, a Petrobrás não está “sendo desmantelada, como muita gente diz por aí”, apesar do programa de desinvestimento, “mas sim virando uma outra empresa, mais lucrativa”.

“Estamos focando na exploração e produção (de petróleo) em águas profundas e vendendo águas rasas e terrestres, porque essas têm baixíssima produtividade e custo elevado de extração. Vamos vender para outros que fazem melhor do que nós, e beneficiar os Estados onde esses campos estão localizados”, explicou Castello Branco. Segundo ele, enquanto o petróleo do pré-sal tem custo em torno de US\$ 6 o barril, em águas rasas esses custo é de US\$ 32 o barril e US\$ 20 em terra. Gás. Em uma decisão separada, a Petrobrás vai liberar para outras empresas metade da capacidade que contratou das três maiores redes de transporte de gás do País. Na prática, são 60 milhões de m³ por dia que estarão à disposição do mercado – o equivalente a duas vezes o volume importado da Bolívia.

A capacidade ociosa foi informada à Agência Nacional do Petróleo (ANP). As redes envolvidas são Gasbol, Bolívia–Brasil, TAG (que interliga as regiões Norte e Nordeste) e o NTS, no Sudeste. Com a entrada de outras empresas, a estatal poderá reduzir o custo do transporte em até 50%, dependendo do interesse dos novos agentes. “Aquilo que hoje a gente compra dos parceiros porque eles não conseguem comercializar o gás no Brasil, eles vão poder comercializar. A ideia é que eles mesmos tomem o risco do mercado”, disse a diretora de refino e gás natural da petroleira estatal, Anelise Lara.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 30/10/2019****Seção: Economia****Autor: Amanda Pupo****Título: Energia pode ficar mais cara em R\$ 20,6 bi**

Para bancar subsídios, consumidores podem ter de desembolsar valor recorde

Os consumidores brasileiros podem ter de pagar o valor recorde de R\$ 20,64 bilhões nas contas de luz em 2020, para bancar ações e subsídios concedidos pelo governo relacionados ao setor elétrico, como os de incentivo ao uso de energia eólica e solar. O valor foi anunciado ontem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), durante votação que abriu a consulta pública do orçamento para o ano que vem da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo onde são depositados os recursos que depois serão gastos com as ações e os subsídios. Ao todo, o orçamento da CDE previsto para o ano que vem é de R\$ 22,45 bilhões, aumento de 11% em relação à conta prevista para este ano.

Quando considerado só o valor para bancar os subsídios, o aumento é de 27%, segundo o diretor-geral da Aneel, André Pepitone. “É um aumento significativo”, disse. Ele destacou que 28% dos subsídios são destinados ao consumidor de fonte de energia incentivada (eólica e solar). Em segundo lugar está o benefício para o consumidor rural, representando outro um quarto do total. “O subsídio de fonte incentivada merece análise criteriosa sobre se ainda é razoável que se conceda esses subsídios que estão onerando o bolso de cada consumidor de energia brasileiro”, disse Pepitone, lembrando que essa discussão está sendo realizada pelo Congresso Nacional.

Esse orçamento não está fechado porque a proposta ainda vai passar por consulta pública e voltará a ser analisada pela diretoria da Aneel. Além disso, uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) pode reduzir o valor cobrado dos consumidores, nas contas de luz, para financiar esses subsídios. A consulta pública, que vai debater o orçamento da CDE, começa hoje e termina em 29 de novembro. Um dos motivos para o aumento da conta de subsídios é a revisão dos preços do óleo diesel utilizado para gerar energia para pontos isolados. Parte do custo relacionado com a compra de combustíveis para as termoeletricas então acaba sendo rateado entre os consumidores, para que as contas nesses locais não fiquem muito caras.

Para 2020, a previsão é de que esse valor fique em R\$ 7,5 bilhões, uma alta de aproximadamente 20% em relação ao relação a conta de 2019, de R\$ 6,3 bilhões. Outra questão que também teve forte influência nessa conta está a impossibilidade de importação de energia da Venezuela para atendimento à carga de Boa Vista (RR). Com isso, localidades também passaram a precisar da energia de termoeletricas movidas a óleo, que são mais caras. Um julgamento do Tribunal de Contas da União (TCU) tem potencial de alterar os números da proposta apresentada ontem, podendo ter impacto no valor total do orçamento da CDE com uma redução de R\$ 4,4 bilhões, segundo Pepitone.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 30/10/2019****Seção: Metrópole****Autor: André Borges / BRASÍLIA****Título: Oito praias voltam a ter contaminação; total chega a 268**

Marinha mantém foco em navios para determinar origem; material vai passar por análise na França e na Noruega

A Marinha informou que, na segunda-feira, oito praias da Região Nordeste voltaram a receber óleo cru. Em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a Agência Nacional de Petróleo (ANP), a Marinha mobilizou equipes para limpar os locais. Além disso, o piche já atingiu pelo menos quatro áreas de mangues de Pernambuco, um ecossistema rico em biodiversidade que, uma vez contaminado, se torna praticamente impossível de ser limpo, por causa do emaranhado de vegetação e da composição do solo.

As oito praias são Via Costeira e Búzios (RN), Conceição e Itapuama (PE), Japaratinga e Piaçabuçu (AL), Abaís (SE), Morro de São Paulo e Moreré (BA). Ontem, a Marinha identificou 19 pontos com óleo. Até agora, há registro de contaminação em 268 localidades dos 9 Estados do Nordeste. O ministro da Defesa, Fernando Azevedo, admitiu que, no momento, é impossível prever se o derramamento está no começo, no meio ou no fim. “A duração do tempo, nós não sabemos ainda. Nosso objetivo é a contenção de danos, o monitoramento pelo ar e pelo mar. Todas as praias estão sendo limpas, imediatamente, quando constatadas as manchas.”

O Grupo de Avaliação e Acompanhamento (GAA), formado por Marinha, ANP e Ibama, informou que, apesar do avanço das manchas pela região sul da Bahia, até o momento não foram localizados indícios de óleo na reserva ambiental de Abrolhos (BA). Já a contaminação de mangues foi confirmada pela Marinha em Pernambuco. E há relatos em Alagoas e Bahia. Segundo o almirante da Marinha João Alberto Lampert, por causa do ineditismo da situação, não havia um protocolo ambiental a ser usado.

Origem. A Marinha voltou a informar, ontem, que investiga 30 navios de 11 países como possível origem da tragédia ambiental que atinge a região. O governo mantém a informação de que o composto teria “DNA venezuelano”. Agora, laboratórios da França e da Noruega vão receber as amostras do petróleo para confirmar características e origens. O trabalho está sendo coordenado pelo Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), representante de grandes petroleiras. / COLABOROU FERNANDA NUNES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 30/10/2019****Seção: Metrópole****Autor: Priscila Mengue****Título: Óleo faz o governo proibir a pesca de lagosta e camarão em áreas do Nordeste**

Ambiente. Período de defeso foi antecipado em regiões afetadas pelo poluente, por 'provável contaminação química', e proibição pode ser prorrogada; 60 mil pescadores deverão receber seguro. Anvisa aguarda resultado de análises para avaliar risco de consumo

Com a contaminação do mar por petróleo cru, a partir de sexta-feira e até o fim do ano estará proibida a pesca de lagosta e camarão no litoral nordestino. A medida amplia o período de defeso (de proteção das espécies para reprodução) e foi determinada ontem pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Não há veto a outros tipos de pesca, por enquanto. A instrução normativa "estabelece excepcionalmente períodos de defeso adicionais para o ano de 2019, em decorrência da grave situação ambiental resultante de provável contaminação química por derramamento de óleo".

Dentre os animais marinhos, a lagosta é um dos que está mais sujeito à contaminação por ter "movimento restrito" dentro de um raio de cerca de um quilômetro – conforme pontua o professor Francisco Kelmo, diretor do Instituto de Biologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). "Os peixes têm uma capacidade muito maior de movimentação, mas não estão isentos", alerta. Kelmo comenta ainda que o camarão é um tipo de organismo que "consome tudo o que vê pela frente". "Incluindo bastante microalga. E a gente sabe que o óleo já está particulado, misturado com ela. Como camarão não se come um ou dois, mas um prato com 30 ou 40, o risco de intoxicação é maior", explica.

Segundo ele, a presença do óleo ainda pode interferir no período de reprodução dessas espécies. "Mesmo que não mate, pode contaminar os embriões." Questionado pela reportagem, o ministério não explicou por que não há restrição à pesca e venda de peixes. Já a Agência Nacional Vigilância Sanitária (Anvisa) disse que, quando os resultados laboratoriais das análises encomendadas pela pasta da Agricultura estiverem prontos, o órgão poderá "avaliar o risco e a segurança para o consumo desses produtos".

Pagamento. O defeso originalmente é acionado para assegurar a reprodução. Das espécies em que ele foi ampliado, algumas já estão próximas do período, como a lagosta-verde e a lagosta-vermelha. Em outras, haverá alteração de datas. Para contornar o prejuízo à economia local, a União estima pagar o

seguro-defeso, de um salário mínimo mensal, para 60 mil pescadores. O litoral nordestino tem 470,5 mil pescadores artesanais cadastrados. No caso, o seguro-defeso será focado em pescadores de camarão e lagosta que tenham o pescado como única fonte de renda.

A instrução é válida para os meses de novembro e dezembro, mas pode ser prorrogada. Em Pernambuco, por exemplo, o governo estadual estima que o auxílio será pago a apenas 400 dos mais de 12 mil pescadores. Na sexta-feira, o governador Paulo Câmara (PSB) pediu uma audiência com a ministra Tereza Cristina para ampliar o auxílio para os pescadores de todas as áreas atingidas. Não há estimativas de número de contemplados em Alagoas. Gerente de Pesca na Secretaria de Estado da Agricultura, Edson Maruta comenta que a lista de contemplados pelo auxílio em Alagoas não inclui outras etapas da cadeia produtiva, como o beneficiamento do camarão. Já para Marcos Antônio Chaves, da Colônia de Pescadores do Rio Vermelho, em Salvador, o prejuízo já era visível. “Temos estoque, mas ninguém compra.” / COLABORARAM ANDRÉ MARINHO E LUIZ CARLOS PAVÃO, ESPECIAIS PARA O ESTADO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/10/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Receita extra permitirá déficit primário menor

Com o cuidado habitual, a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão do Senado que acompanha a evolução das contas públicas, acredita que tanto o déficit primário do governo central como o do setor público consolidado deverão ser sensivelmente reduzidos neste ano. Em vez dos R\$ 139 bilhões de déficit primário admitido na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano, o montante deverá cair para um valor próximo ou inferior a R\$ 90 bilhões. Mas nem por isso, alerta a IFI em “relatório extemporâneo” de outubro, como o texto foi qualificado, as projeções de um déficit mais brando alteram “a necessidade de ajuste das contas públicas ao longo dos próximos anos”, pois a arrecadação extraordinária que embasa as novas estimativas “tem caráter atípico”.

O principal fator de melhoria das contas públicas de 2019 é o provável ingresso de recursos decorrentes de leilões de petróleo e do excedente da cessão onerosa programados para os próximos dias. Isso deverá permitir, nos cálculos da IFI, uma receita extra para a União de R\$ 32,1 bilhões neste ano – sem contar mais R\$ 25,06 bilhões previstos para o ano que vem. Para a redução total de R\$ 48,4 bilhões do déficit primário de 2019, a IFI estima que o “empocamento” de recursos (despesas autorizadas, mas não efetuadas) deverá atingir R\$ 10,7

bilhões e que receitas administradas e dividendos deverão agregar mais R\$ 4 bilhões às contas da União. Neste cenário – que a IFI trata como conservador –, a projeção de déficit primário cai para R\$ 90,6 bilhões. Mas o déficit poderá cair ainda mais, para R\$ 83,3 bilhões, num cenário otimista, em que a arrecadação, os dividendos e o “empoçamento” serão maiores.

Estimativas da IFI para Estados e municípios também são favoráveis, notadamente se forem bem-sucedidos os esforços para melhorar o resultado primário desses entes públicos e das estatais que controlam. Ainda que os números não possam ser extrapolados para o futuro, eles mostram que o governo federal, os Estados e os municípios precisam melhorar as contas públicas no presente, enquanto são votadas medidas de longo prazo no âmbito legislativo para enfrentar as maiores fontes de desequilíbrio, como a Previdência, o custo do pessoal e o endividamento. O saldo positivo, segundo a IFI, será a redução do custo e do volume da dívida. Isso significa enfrentar o problema mais grave do setor público.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/10/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Braskem paga prêmio em bônus por risco Odebrecht

Coluna do Broadcast

Apesar de ter alcançado demanda de cerca de US\$ 9 bilhões para emissão de US\$ 2,25 bilhões em títulos de dívida externa (bonds), a Braskem pagou prêmio ao investidor pelo risco Odebrecht e pela extração de sal-gema. Os bônus com vencimento em 2050 foram emitidos com retorno de cerca de 6%, superior aos 5,36% pagos pelos papéis de mesmo vencimento da mexicana Orbia, antiga Mexichem. Ao mesmo tempo, o rendimento supera o papel soberano brasileiro de vencimento mais próximo, em 2047, que paga ao investidor 4,8%. Embora não sejam diretamente comparáveis, porque em teoria o risco de um País quebrar é menor do que o de uma empresa, a Braskem é classificada pelas agências de rating com uma nota superior à do Brasil, o que poderia dar à petroquímica suporte para captar pagando menos

» Queda de braço. A Odebrecht, em recuperação judicial, é detentora da metade das ações da Braskem, ao lado da Petrobrás, e sua fatia na empresa está sendo fortemente disputada por credores. Paralelamente, existe risco de possíveis multas provenientes de fenômeno geológico ocorrido em bairros próximos à área de extração de sal-gema, matéria-prima utilizada na fabricação de soda cáustica e PVC, em Maceió.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 30/10/2019****Seção: Especial****Autor: Nicola Pamplona****Título: Agressão ambiental é a maior do país, diz presidente da Petrobras**

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse que o vazamento que atinge as praias do Nordeste é “a maior agressão ambiental sofrida pelo país”.

Nesta terça (29), em evento no Rio, ele comparou o impacto gerado ao do acidente em um poço da britânica BP no Golfo do México, em 2010, um dos maiores da indústria do petróleo mundial.

“Provavelmente o volume de petróleo que já foi retirado das praias no Nordeste é semelhante ao que foi vazado da sonda Deepwater Horizon, que custou à BP o equivalente a US\$ 67 bilhões [hoje cerca de R\$ 270 bilhões].”

No caso do no Golfo Mexicano, porém, que o total petróleo vazado seria mais de 600 mil toneladas, centenas de vezes mais do o encontrado na costa brasileira.

Ele ainda disse ser impossível combater o óleo. “As empresas de petróleo, a Petrobras, estão preparadas para combater vazamento de petróleo uma vez identificada a fonte do vazamento.”

Apesar disso, ele diz que a Petrobras vem fornecendo equipamentos de proteção e já destacou dois navios e drones para ajudar nos trabalhos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 30/10/2019****Seção: Especial****Autor: Matheus Moreira SÃO PAULO E BRASÍLIA****Título: Um terço do litoral já sofre com óleo e, para ministro, fim da crise é incerto**

Dois meses depois de primeiras manchas, 94 cidades foram atingidas pelo vazamento de petróleo

Com um terço do litoral brasileiro — 2.500 km — atingido por manchas de óleo, o governo federal ainda não sabe dizer se o problema está perto de ter um fim.

Nesta terça (29), o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, disse em apresentação do balanço das ações tomadas até então que não há como

mensurar a quantidade de petróleo ou antever que rumo as manchas tomarão no futuro. “Estamos aperfeiçoando os processos.”, disse.

As primeiras manchas de óleo a surgirem no litoral do Nordeste foram vistas na Paraíba em 30 de agosto. Ao todo, 268 locais foram afetados em 94 cidades dos nove estados do Nordeste. A Bahia, até o momento, é o estado o mais afetado, com 68 locais oleados.

Testes feitos pela Petrobras e pela Marinha mostraram que o material não era brasileiro. As análises indicavam assinatura venezuelana, uma mistura de três campos de exploração no país. Em resposta, o governo de Nicolás Maduro negou que seja responsável pelo desastre ambiental.

No último dia 23, em pronunciamento oficial em rádios e televisão, Salles afirmou que o governo brasileiro acionou a OEA (Organização dos Estados Americanos) para que o país vizinho forneça informações sobre o material.

Em outras oportunidades, Salles e o presidente Jair Bolsonaro (PSL) sugeriram, além da Venezuela, outros possíveis outros culpados, sem apresentar provas.

Em postagem numa rede social, Salles publicou foto antiga de uma embarcação do Greenpeace, dizendo que ela estava próxima do litoral brasileiro à época do vazamento, sugerindo ligação com o desastre. A ONG disse que acionará a Justiça contra o ministro.

Bolsonaro, por sua vez, sem mostrar evidências, questionou se o desastre ambiental não teria sido premeditado para prejudicar a realização do megaleilão de petróleo da cessão onerosa que será realizado em novembro. O presidente não respondeu ao pedido de esclarecimento feito pela reportagem.

Entre as possíveis explicações para o vazamento estão uma falha na transferência de óleo entre navios (ship-to-ship) ou mesmo vazamento de óleo transportado em barris reaproveitados da Shell — algumas unidades foram encontradas em praias brasileiras.

Autoridades de 11 países foram notificadas para informar sobre eventual acidente com cerca de 30 cargueiros. Mas não se sabe exatamente quantas embarcações clandestinas, os chamados dark ships, passaram pelo local.

A limpeza das praias tem sido feita por funcionários dos governos estaduais e municipais dos locais afetados, além de militares das Força Armadas, voluntários civis e presos.

Em comunicado, a Marinha diz que já recolheu mais de mil toneladas de óleo e que parte do material está sendo armazenado pela Petrobras.

A estatal afirmou à reportagem que, a pedido do Ibama, está armazenando provisoriamente cerca de 1.100 toneladas no Polo de Gerenciamento de Resíduos do Alto de Jericó, em Carmópolis (SE). Já o Ibama, por meio do site “Mancha no Litoral”, diz que 1.027 toneladas foram retiradas de praias do Nordeste.

A Folha questionou os órgãos que integram o grupo de ação do plano de contenção de vazamentos — Ministério do Meio Ambiente, Ibama, **Ministério de Minas e Energia**, Ministério da Defesa, Marinha e Agência Nacional do Petróleo — sobre o real volume de material recolhido e destino, mas não obteve resposta.

A Marinha, que coordena as operações do PNC (Plano Nacional de Contingência de Incidentes com Óleo), disse que o material é armazenado em recipientes apropriados e enviado à Petrobras e à empresas de tratamento de resíduos.

“No momento, está sendo feito um trabalho de interlocução direta com os estados [...] para [...], realizar a destinação final ambientalmente adequada”, diz nota.

Em abril, o governo Bolsonaro extinguiu dezenas de conselhos da administração federal. Entre eles, estavam dois comitês que integravam o plano de contenção. Segundo a Folha apurou junto a servidores no Ministério do Meio Ambiente, no Ibama e em ONGs, essa medida pode ser parte da explicação para a demora do governo na contenção das manchas.

A primeira vez que um órgão federal emitiu nota sobre as manchas foi em 27 de setembro, quando 114 locais já haviam sido afetados. Por meio de ofício interno, a Marinha foi designada como coordenadora operacional das ações e o PNC foi ativado.

O governo só cumpriu a diretriz do manual que indica que deve haver um centro que facilite o acesso às informações no 50º dia, quando um site oficial foi lançado (gov. br /manchanolitoral).

Por causa da demora a agir, a União foi alvo de uma ação do MPF (Ministério Público Federal) por omissão. O órgão solicitou que o PNC fosse ativado em no máximo 24 horas. A Justiça de Sergipe decidiu que o governo já havia ativado o plano após receber a resposta da União.

Na última sexta (25), o Ministério Público junto com o TCU (Tribunal de Contas da União) pediu abertura de uma fiscalização para apurar a conduta do governo federal na resposta ao vazamento de óleo no litoral do Nordeste. A ação questiona a resposta dos órgãos federais para minimizar danos ambientais.

Hoje na corte há duas representações que questionam as ações do governo no combate às manchas de óleo no NE. Uma é de autoria do senador Renan Calheiros (MDB-AL) e a outra do deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP).

O óleo já atingiu o ecossistema de 14 unidades de conservação, incluindo parques nacionais, áreas de proteção ambiental, reservas extrativistas, reservas biológicas e áreas de interesse ecológico.

Sensíveis devido a ampla diversidade biológica, essas áreas são protegidas por regras que limitam sua ocupação e uso dos recursos naturais. Uma das regiões mais atingidas foi a Costa dos Corais, segunda maior área marinha protegida do Brasil.

De acordo com a Marinha, o ponto mais ao norte atingido foi a ilha Caçacueira, no Maranhão. Já o local mais ao sul foi Ilhéus, na Bahia.

Há a preocupação de que as manchas cheguem ao arquipélago de Abrolhos e sigam para o Sudeste, especialmente o litoral do Espírito Santo. O almirante de esquadra Leonardo Puntel, comandante de Operações Navais da Marinha, afirmou que o óleo se desloca de forma submersa, com dinâmica imprevisível. Prova disso, segundo ele, é que a poluição foi detectada na Bahia, apareceu depois ao norte, em estados como Pernambuco, e em seguida voltou a ser notada na Bahia.

“Isso significa e mostra a dificuldade de prever para onde essas manchas vão”, declarou. “Esse movimento não tem uma lógica matemática.”

Foram empenhados nesta terça três (29) navios perto de Abrolhos, na tentativa de monitorar o comportamento das manchas. A previsão é que mais dois sejam empregados mais dois nesta quarta (30).

Segundo Guilherme Lessa, da UFBA, a partir de setembro, tende a existir um deslocamento de massas de água costeiras para o sul, o que pode levar o óleo para regiões mais distantes. Contudo, não é possível prever se e quando o Sudeste e o Sul serão afetados, dado que não se sabe exatamente a origem nem a quantidade de óleo vazada.

À Folha a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente e da Defesa Civil de São Paulo disse acompanhar o caso e as ações de combate ao óleo no Nordeste. “As equipes de emergência química da Cetesb, da Polícia Ambiental, os especialistas das universidades e do IPT [Instituto de Pesquisas Tecnológicas] estão alertas e prontos para atuar de acordo com as diretrizes da União e em parceria com os municípios”.

Já a Seas (Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro) disse ter criado na última quinta (24) um grupo de trabalho para acompanhar as manchas. O grupo inclui representantes da secretaria e do Inea (Instituto Estadual do Ambiente). “O órgão ambiental estadual possui um Plano de Contingência institucional, [...] e encontra-se no estágio de vigilância”, diz nota da Seas.

Os órgãos ambientais do Espírito Santo também foram procurados, mas não se manifestaram.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/10/2019

Seção: Especial

Autor: Marcelo Leite

Título: No momento, vazamento ameaça mais pescadores que baleias e corais

A frase “óleo em Abrolhos” prenuncia uma catástrofe ambiental, sem dúvida, se o derramamento chegar em grandes quantidades ao banco de corais com maior diversidade de espécies do Atlântico Sul. Antes, porém, prepara-se um desastre social.

As manchas de piche começam a aparecer, pequenas, no litoral de Canavieiras, município baiano que marca o limite norte da região de Abrolhos. Não confundir com o parque nacional marinho que protege o arquipélago de cinco ilhas a dezenas de quilômetros da costa, que não teria ainda sido atingido pelo óleo.

Em Canavieiras há pelo menos 12 mil pessoas que vivem da pesca e da coleta de caranguejos e mariscos numa reserva extrativista marinha com o tamanho de 2/3 do município de São Paulo. Dos 100 mil hectares, 15% são manguezais e ilhas habitados por centenas de milhões de crustáceos e moluscos.

Há três semanas pescadores e marisqueiros da Associação Mãe dos Extrativistas de Canavieiras (Amex) comemoraram a ausência de investidores interessados em 4 dos 36 blocos de exploração ofertados na 16ª rodada da Agência Nacional de Petróleo. Afastava-se o risco de um derramamento nas quatro áreas da bacia Camamu-Almada.

Comemoraram muito cedo.

Defensores da exploração petrolífera na bacia, como o presidente do Ibama, Eduardo Bim (que liberou o leilão contrariando recomendação de técnicos subordinados), alegam que os blocos ficavam longe de Abrolhos e dos manguezais.

O óleo de agora prova do que são capazes correntes marinhas, em termos de dispersão de substâncias tóxicas. Supõe-se que o derramamento, no caso, tenha ocorrido muito mais longe, a centenas ou até um milhar de quilômetros da costa brasileira.

Para pôr em colapso a subsistência dos extrativistas, nem é imperativo que o derrame de óleo ganhe as proporções de um Exxon Valdez ou um Deepwater Horizon. O esforço de voluntários para limpar as praias nordestinas seria inútil nos manguezais.

Cada árvore, ali, se apoia sobre dezenas de raízes aéreas banhadas pelas marés. Acima da linha d'água, elas fervilham com caranguejos. Abaixo, cobrem-se de ostras e mariscos. Nem um exército chinês armado com escovas de dentes poderia livrar aquele emaranhado vivo da substância viscosa.

Mesmo que a mortandade de organismos seja limitada, o prejuízo de imagem para o pescado se torna inevitável. Quem se disporá a comprar peixes, camarões e mariscos da região, sabendo que ela foi poluída pelo petróleo?

“Se derramar esse troço aí, esta comunidade vai pro pau. Não queremos viver de cesta básica”, disse à Folha em setembro João Gonçalves, pescador que preside a Amex. O azar e o governo federal, contudo, não têm muito mais para lhes oferecer agora.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/10/2019

Seção: Especial

Autor: João Pedro Pitombo

Título: Manchas de óleo chegam a cidades da região de Abrolhos

Parque Nacional, importante berço de biodiversidade marinha, não foi afetado

Pequenas quantidades de óleo foram registradas nesta terça-feira (29) nas cidades de Canavieiras, Belmonte e Santa Cruz Cabrália, que ficam no sul da Bahia, dentro da chamada região de Abrolhos.

A região de Abrolhos é a macro área que se estende desde a o litoral da cidade de Canavieiras, na Bahia, até São Mateus, no Espírito Santo.

É dentro dela, na altura do município de Caravelas, que fica o Parque Nacional dos Abrolhos, considerado principais berços de biodiversidade marinha do Atlântico Sul.

Até o momento, não foram registradas manchas dentro do parque, mas o óleo já chegou a praias que estão a 160 km em linha reta.

Criado pelo Governo Federal em 1983, o parque nacional é a primeira unidade de conservação marinha do país e abriga as cinco ilhas do Arquipélago de Abrolhos.

A área concentra alguns principais bancos de corais do litoral brasileiro, incluindo espécies ameaçadas de extinção com os corais-de-fogo. Também registra cerca de 1.300 espécies de plantas e animais, como baleias-jubarte, que buscam as águas calmas do local para o acasalar.

Além do Parque Nacional de Abrolhos, a região possui três reservas extrativistas (Canavieiras, Corumbau e Cassurubá), e unidades de conservação municipais como o Parque Marinho Recife de Fora, em Porto Seguro, e o Parque Marinho da Coroa Lata, em Santa Cruz Cabrália.

“É uma situação temerária, uma tragédia. Pelo ritmo que o óleo está descendo, não vai demorar a chegar à área do parque nacional”, diz o biólogo Gustavo Duarte, pesquisador da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), que pesquisa sobre corais da região.

Os primeiros registros de manchas em uma região próxima à Reserva Extrativista de Canavieiras, área rica em manguezais e recifes de coral, foram feitos na segunda (28). Pescadores retiraram cerca de 40 quilos de óleo das praias.

Nesta terça, a Marinha confirmou a chegada de pequenas pelotas de óleo em praias da cidade de Belmonte. A organização não governamental Conservação Internacional já confirma manchas em Santa Cruz Cabrália, cidade que faz fronteira com Porto Seguro.

A região já atingida fica próxima ao banco de Royal Charlotte, na altura do município de Canavieiras e que integra a chamada região de Abrolhos. A área é um prolongamento da plataforma continental e atrai peixes de grande porte. Por isso, é um dos principais pontos de pesca esportiva do país.

Na avaliação de Duarte, ainda falta um plano de emergência consolidado para chegada do óleo em Abrolhos. Ele diz que os municípios da região não terão condições de enfrentar o problema.

Além das manchas que chegam à faixa de areia da praia, também é alvo de preocupação o óleo que, por sua densidade, afunda e se mistura com os sedimentos dos recifes. Difíceis de remover, eles se misturam ao ecossistema e podem ter consequências profundas e duradouras no meio ambiente.

Além do impacto da provável chegada do óleo, a região de Abrolhos já vinha registrando um cenário de morte em massa de corais, sobretudo da espécie coral-de-fogo, resultado de anomalias climáticas.

Pesquisa realizada pela UFRJ e AquaRio (Aquário Marinho do Rio) em junho deste ano mostrou a morte de 90% dos corais-de-fogo da região, incluindo colônias de mais de 80 anos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/10/2019

Seção: Especial

Autor: Gustavo Uribe

Título: Contaminação leva à ampliação da proibição de captura de camarão

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ampliou nesta terça (29) o período de defeso e o pagamento de seguro defeso a pescadores de camarão e de lagosta nas praias nordestinas atingidas pelo óleo que se espalha na costa brasileira desde agosto.

O prazo do benefício concedido a pescadores foi estendido até o final do ano por meio de instrução normativa publicada no “Diário Oficial da União”. Em condições normais, ele é pago de três a cinco meses por ano, dependendo da área e da espécie.

O defeso é um período em que a pesca é proibida em busca da preservação das espécies. Também pode ser motivado por fenômenos naturais ou acidentes.

A ampliação do tempo de defeso se deve à “grave situação ambiental resultante de provável contaminação química por derramamento de óleo no litoral da região nordeste, proibindo a atividade pesqueira”, diz a publicação.

A expectativa é de que a medida beneficie em torno de 60 mil pescadores que receberão dois pagamentos extras, um em novembro e outro em dezembro, no valor de um salário mínimo cada um, que hoje é de R\$ 998.

Para receber o valor, o profissional precisa estar inscrito no registro geral de atividade pesqueira. O valor é depositado diretamente na conta-corrente do pescador.

Desde o dia 30 de agosto, as manchas de óleo já atingiram 249 localidades em 92 municípios dos nove estados do Nordeste.

VEÍCULO: O Globo**Data: 30/10/2019****Seção: Economia****Autor: BRUNO ROSA****Título: Petrobras diz que vai entrar ‘para ganhar’ em megaleilão do pré-sal**

A uma semana do megaleilão do pré-sal, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, afirmou ontem que a empresa vai entrar “para ganhar” o certame, que deve render cerca de R\$ 106 bilhões para a União.

—A Petrobras está otimista com o resultado do leilão. O capital é escasso. Só são aprovados projetos meritórios do ponto de vista de retorno. Em função disso, manifestamos interesse em dois campos, Búzios, que é a maior jazida, e Itapu. Vamos com entusiasmo. Vamos para ganhar —afirmou no IX Seminário sobre Matriz e Segurança Energética, na Fundação Getúlio Vargas.

Acessão onerosa, à qual Castello Branco se referiu como um “monstrengo” criado no país alguns anos atrás, é o modelo de contrato pelo qual a Petrobras recebeu do governo, em 2010, o direito de explorar uma área do pré-sal onde havia 5 bilhões de barris de petróleo, segundo estimativas da época.

Foi uma forma de o governo capitalizar a empresa, para que ela pudesse investir no pré-sal. Mais tarde, verificou-se que o volume de petróleo era superior às previsões. É este excedente que será leilado na próxima semana.

Para viabilizar o leilão, o governo se comprometeu a pagar parte da arrecadação (R\$ 34 bilhões) à Petrobras. Em encontro com investidores nesta semana, Castello Branco indicou que o valor a ser aplicado pela estatal no leilão pode superar este patamar.

Segundo o executivo, há mais de 20 interessados em refinarias da companhia que estão à venda. São oito unidades, divididas em dois blocos. O primeiro deles reúne refinarias em Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia.

A companhia segue cortando custos. No ano passado, ela tinha 18 unidades no exterior. Chegará ao fim do ano com cinco. Estão em fase de encerramento espaços em Argentina, Colômbia, Uruguai, Nigéria e Irã. No Brasil, o prédio em São Paulo será desativado, e os funcionários vão trabalhar em escritório de coworking.

VEÍCULO: O Globo**Data: 30/10/2019****Seção: Economia****Autor: MAIÁ MENEZES Enviada especial RIAD****Título: Arábia Saudita anuncia plano de investir até US\$ 10 bilhões no Brasil**

A Arábia Saudita pretende investir até US\$ 10 bilhões no Brasil, disseram ontem os ministros da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, que acompanham o presidente Jair Bolsonaro em visita àquele país. Segundo eles, os recursos virão de um fundo soberano saudita, e não haverá contrapartidas. O anúncio foi feito depois de reunião entre Bolsonaro e o príncipe herdeiro do país, Mohammed bin Salman.

—Vamos organizar um conselho de cooperação entre os dois governos com a iniciativa privada dos dois países para definir em que áreas e em quanto tempo esses recursos chegarão ao Brasil — disse Onyx, acrescentando que o Brasil será o sexto país a receber recursos do fundo saudita, depois de EUA, França, Japão, África do Sul e Rússia.

BOLSONARO SUGERE ANGRA

A declaração conjunta divulgada diz que “os dois lados expressaram seu apoio à concordância do Fundo de Investimento Público saudita (PIF) em explorar potenciais oportunidades de investimentos mutuamente benéficos em até US\$ 10 bilhões’.

O ministro da Casa Civil disse esperar que o conselho esteja formado em duas a três semanas para que os investimentos possam ingressar no país em 2020. Ele citou concessões de rodovias e ferrovias do Programa de Parcerias em Investimentos (PPI) e leilões de petróleo como possíveis alvos de investimentos. O projeto de US\$ 3 bilhões da Ferro-grão, linha férrea entre Mato Grosso e Pará para escoamento de produtos agrícolas, foi mencionado como possível alvo dos investimentos sauditas.

—Temos economias complementares. É notícia extraordinária —disse Onyx.

Na mesma linha, Araújo disse que o investimento é um “feito da relação que estamos construindo com o mundo árabe” e minimizou a falta de democracia e respeito aos direitos humanos na Arábia Saudita, que classificou como uma “monarquia estável’.

Outra medida anunciada foi a simplificação recíproca da concessão de vistos. Araújo chegou a dizer que os vistos seriam isentos nos dois países, mas a assessoria do Itamaraty informou que as autorizações custarão US\$ 80,

permitindo múltiplas entradas. A validade de visto de trabalho passará de um para cinco anos.

Mais tarde, após um jantar com líderes que participarão do fórum Future Investment Initiative, em Riad, Bolsonaro disse que “as portas estão abertas para o Brasil” e que o país precisa se preocupar com a conectividade. Para ele, muitos deixam de ir ao Brasil diante de dificuldades burocráticas.

BRF TERÁ FÁBRICA SAUDITA

Bolsonaro disse que “criou-se uma amizade” entre ele e o príncipe saudita e que o incentivou a investir em turismo no Brasil:

— Propus ao príncipe herdeiro investimentos na Baía de Angra para transformá-la em uma Cancún. Depois de uma explanação, ele disse que está pronto para investir, mas isso passa por um projeto para revogar um decreto ambiental.

Ontem, a BRF, dona das marcas Perdigão e Sadia, anunciou que vai construir na Arábia Saudita sua primeira fábrica em cinco anos. A empresa assinou memorando de entendimento com a agência de promoção de investimentos saudita para construir unidade de processamento de carnes. A ideia é crescer no mercado halal (método de abate para atender necessidades de consumidores muçulmanos). O investimento deve ser de US\$ 120 milhões. A Arábia Saudita foi a maior compradora de frango brasileiro em 2018. (Com BloombergNews)

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Zuenir Ventura

Título: O pesadelo das manchas

A pergunta da repórter ao oceanógrafo era se as misteriosas manchas das praias do Nordeste, que há dois meses não param de descer no mapa, podiam chegar a Santa Catarina. A resposta foi que era possível, embora não fosse provável. Fui dormir com essa hipotética ameaça, suficiente para se transformar num pesadelo: e se elas resolverem passar pelas praias do Rio?

Os números alimentam essa para-noia: o óleo não para de se espalhar. Já atinge 2.200 kms de extensão em nove estados, 92 municípios, um total de 254 localidades afetadas. Enquanto isso, o ministro do Turismo posava molhando os pés e as mãos no mar de Muro Alto, em Ipojuca, Pernambuco, decretando: “As praias estão completamente aptas à frequência de turistas”. No mesmo dia,

o diretor da Agência de Meio Ambiente do estado advertia que ainda havia óleo na água, o que a tornava “imprópria para a recreação”.

Igualmente patético foi o presidente em exercício Hamilton Mourão, sem camisa diante das câmeras, afirmando: “O óleo já foi recolhido. Hoje não tem mais nenhuma praia suja no Nordeste”. Tem, sim, general, apesar das duas mil toneladas de óleo recolhidas em cerca de 200 praias.

O ministro do Meio Ambiente também esteve no Nordeste, mas preocupado em encontrar um culpado. Assim como o presidente tentou responsabilizar as ONGs pelas queimadas, e teve que voltar atrás por falta de provas, o ministro tentou acusar o Greenpeace, também irresponsavelmente, usando o trocadilho “greenpiche”.

Em reportagem ontem, Ana Lucia Azevedo e Luana Ribeiro mostraram como a tragédia ambiental gerou um sério drama social. “Muitas famílias correm o risco de passar fome. As pessoas estão com medo de comprar marisco e peixe, e os governos parecem não se importar”, declarou Ana Paula Santos, líder da comunidade de marisqueiros da Ilha da Croa, em Alagoas.

Em meio ao descaso oficial, ressaltou-se o papel dos voluntários —estudantes, professores, pesquisadores, banhistas —cuja ação, mesmo sem equipamentos adequados e pondo em risco a própria saúde, tem sido fundamental.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: JOHANNES ELLER

Título: Vazamento se aproxima do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos

O óleo que contamina o Nordeste há dois meses começou a se aproximar da área de maior biodiversidade do Atlântico Sul: a Região de Abrolhos, na Bahia, onde está o parque nacional que é berçário de espécies como a baleia jubarte e de corais raros.

Pescadores e demais voluntários recolheram, desde domingo, cerca de 200 kg do produto nas águas da fronteira norte da região, próxima a Canavieiras, que abriga uma reserva extrativista com 100 mil hectares e cerca de 2.600 famílias.

Todas as praias da região apresentam pelotas. Relatos dão conta de pequenas manchas identificadas nos municípios de Belmonte e de Santa Cruz Cabrália, a cerca de 20 km de Porto Seguro.

—Os fragmentos estão chegando a toda a área da reserva. Nosso maior receio é que chegue óleo na quantidade do que atingiu Morro de São Paulo e Boipeba. É uma área extremamente sensível do ponto de vista biológico —diz Carlos Alberto Santos, uma das lideranças da reserva extrativista de Canavieiras.

Em nota, a Marinha confirmou a incidência de óleo na área de Belmonte. “Referentes aos voluntários, a Marinha recomenda que procurem os órgãos do estado competente. Cabe ressaltar que, de pronto, as equipes de limpeza já estão atuando.”

PESCA PROIBIDA

O Ministério da Agricultura proibiu a pesca de lagosta e camarão em áreas atingidas. De acordo com instrução normativa publicada ontem, os pescadores poderão receber até duas parcelas extras do seguro-defeso —auxílio de um salário mínimo pago em período de paralisação das atividades. O ministério informou que cerca de 60 mil pescadores devem receber o benefício.

A instrução estabelece excepcionalmente períodos de defeso adicionais para este ano, “em decorrência da grave situação ambiental”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/10/2019

Seção: Sociedade

Autor: VINICIUS SASSINE E GABRIEL SHINOHARA BRASÍLIA

Título: Dois meses de óleo: Ibama apontou falhas em ações do governo

A reação do governo federal ao impacto do óleo na costa do Nordeste foi marcada por uma sucessão de falhas, problemas e imprevistos, como mostram os registros do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) sobre o dia a dia da tragédia ambiental que já perdura por dois meses.

Relatórios obtidos pelo GLOBO revelam uma proibição imposta ao Ibama de comunicar situações de emergência, o que perdurou por ao menos 33 dias; uma recusa da Petrobras em fornecer mais gente para a retirada de óleo; quantidade insuficiente de pessoal para atuação nas áreas atingidas; resgates de animais sem autorização e sem estrutura para reabilitação, além da falta de protocolo para esses resgates; e a ineficácia de barreiras de contenção, entre outras falhas.

As primeiras manchas de petróleo aportaram na costa nordestina em 30 de agosto, na Paraíba. A Marinha recebeu o primeiro comunicado sobre as manchas três dias depois, em 2 de setembro. Somente em 11 de outubro o

ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, comunicou aos demais ministérios que a Marinha seria a coordenadora do Plano Nacional de Contingência.

Salles fez o comunicado a partir de uma “recomendação” recebida três dias antes do chamado Grupo de Acompanhamento e Avaliação (GAA), formado por Marinha, Ibama e Agência Nacional do Petróleo (ANP). O GAA é o responsável pelas ações que tentam conter o impacto da tragédia ambiental que já atingiu 268 localidades nos nove estados do Nordeste.

Os relatórios do Ibama registram “entraves” nas tentativas de contenção dos efeitos do petróleo. Uma falha é o silêncio imposto pelo Ministério do Meio Ambiente, que impede o Ibama de se comunicar com a imprensa, mesmo em situações de emergência. “Sugerimos rever a desautorização de comunicação com a imprensa em situações emergenciais com vistas a salvar a vida de animais, além de orientar a população sobre a presença de óleo nas praias”, escrevem analistas ambientais em relatório de 2 de outubro.

O mesmo documento registra que “no início do incidente não havia protocolos e procedimentos visando a orientar as equipes do Ibama de como proceder em caso de encontro com animais oleados”. “Nem todos os animais mortos foram recolhidos e encaminhados para necrópsia. Não houve coleta de óleo de todos os animais.”

A Petrobras se recusou a ampliar a quantidade de funcionários na coleta de petróleo em praias do Rio Grande do Norte, apesar do pedido do Ibama por reforço e da previsão de que a estatal será ressarcida. Em uma chamada por telefone em 13 de setembro, técnicos do Ibama comunicaram a estatal sobre a necessidade de um aumento da equipe nas praias na região de Nísia Floresta, diante da “grande quantidade de óleo”.

“Os representantes da Petrobras informaram que não seria possível aumentar o efetivo por eles fornecido por questões contratuais, tendo em vista não se tratar de derrame sob sua responsabilidade, e que apenas o efetivo já destacado (12 pessoas) permaneceria”, registra o documento do Ibama. A empresa sugeriu que o órgão ambiental buscasse reforços nas prefeituras.

Os documentos já mostravam que as equipes do Ibama eram insuficientes. Os relatórios registram ainda falta de equipamentos e de atuação de órgãos municipais e estaduais, além de falta de comando unificado entre Ibama, ANP e Marinha; indefinição sobre como proceder em relação ao destino do petróleo coletado; e dificuldades na coordenação de voluntários e na orientação das prefeituras. Barreiras de contenção em Sergipe foram ineficazes, e institutos fizeram resgate e reabilitação de animais

sem autorização e sem estrutura. Conforme os documentos, há uma indefinição sobre como os governos locais serão ressarcidos. O governo de Sergipe, por exemplo, chegou a pedir o bloqueio de R\$

289,6 milhões da União.

‘AJUSTES CONSTANTES’

Por meio da assessoria de imprensa, o GAA disse que a identificação de “dificuldades” é parte do processo de avaliação das ações, “o que é constantemente ajustado”.. “Os itens ‘entraves atuais e futuros’ visam a identificar os obstáculos do período operacional, para serem solucionados nos próximos ciclos”, afirmou o GAA. Sobre o silêncio imposto ao Ibama, o grupo disse que as demandas da imprensa foram respondidas pela assessoria de comunicação do Ministério do Meio Ambiente. Já a recusa da Petrobras em ampliar efetivos “foi resolvida em poucos dias” A Petrobras disse que colabora de modo ininterrupto, com 500 agentes, 10 mil equipamentos de proteção e 380 toneladas de resíduos recolhidos.

Nos casos de institutos sem autorização para resgate e reabilitação de animais, foram emitidas autorizações especiais durante o período de emergência, segundo o GAA. Os órgãos atuam de forma integrada desde a detecção antecipada de uma falta de organização, conforme a assessoria.

Sobre as barreiras em Sergipe, a instalação ocorreu a pedido do governo local, à revelia da orientação técnica do Ibama, disse o GAA. “O Ibama já realizou treinamentos para voluntários, prefeituras e militares.” O GAA reconheceu que não há “solução sistemática” para o destino do petróleo e disse ter dado orientação sobre o armazenamento temporário. “No início do derramamento, o Ibama não observou muitas ações dos órgãos locais.”

MME / ASCOM .